

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XIII - Nº 264 - DE 13 A 27 DE JULHO DE 2003 - R\$ 1,50

## **Todo apoio à greve dos servidores federais contra a reforma da Previdência**

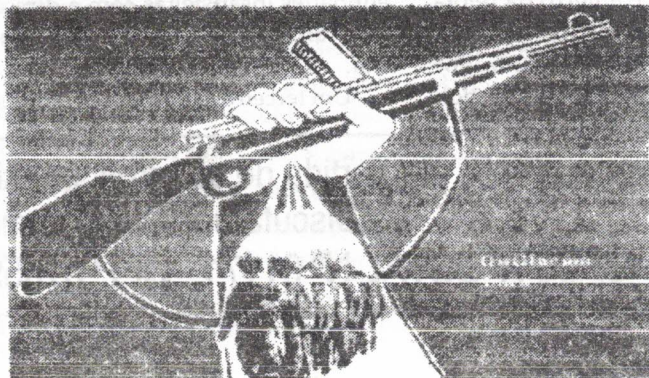
### **4º Congresso Metalúrgico:**

**A burocracia quer aprovar o apoio ao governo  
e às reformas trabalhista e sindical.**

**A política proletária se contrapõe e luta pela  
independência real, defesa da livre organização  
operária e dos direitos trabalhistas!**

**Congresso da UNE: PSTU votou resolução  
de apoio ao governo e submeteu sua  
política ao objetivo do “novo partido”  
com a esquerda petista apoiadora de Lula.**

**A importância  
dos 68 anos do  
POR boliviano**



**P  
O  
R**

# Quinzena de Luta da Classe Operária

Governo admite alterar projeto da reforma

No dia em que os servidores federais fizeram a primeira greve no governo PT/Lula, o governo federal anunciou que concorda em promover mudanças no texto da reforma da Previdência.

O ministro da Casa Civil, José Dirceu, admitiu a possibilidade de mudanças na proposta de reforma encaminhada pelo governo ao Congresso. Dirceu, no entanto, não mencionou em que pontos o governo estaria disposto a ceder.

Também em resposta à greve deflagrada pelos servidores (40% deles pararam dia 08/07: Educação, Receita Federal, Previdência e Justiça foram, ainda segundo os servidores, as áreas mais afetadas), o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), afirmou que a proposta de reforma da Previdência será alterada pelos deputados.

Horas depois, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Maurício Corrêa, afirmaria (no início da noite de ontem) que o governo está mesmo disposto a mudar pontos da reforma da Previdência.

Segundo Corrêa, as mudanças seriam a manutenção da integralidade dos salários dos servidores aposentados e a paridade entre os reajustes dos ativos e dos inativos, que seriam idênticas.

## Mobilização em São Paulo

No dia 08/07, os servidores da Previdência, do Banco Central, da Justiça Federal, entre outros, realizaram passeatas pela manhã e, à tarde, reuniram-se em um ato público na avenida Rangel Pestana, 300, na região central, onde chegaram a vaiar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e simularam o enterro da reforma previdenciária, com direito a caixão e coroa de flores. Segundo os organizadores, em torno de 600 servidores partici-

param do protesto, que interrompeu o trânsito na avenida por duas horas. Na Capital, dos 27 postos do INSS, 23 não abriram ontem; um funcionou parcialmente e três atenderam normalmente (Vila Maria, Amador Bueno e estação Corinthians).

Os funcionários da Previdência decretaram greve por tempo indeterminado. O Banco Central não conseguiu abastecer a rede bancária com moedas e cédulas por causa da greve de seus funcionários e teve de recorrer ao Banco do Brasil para suprir o sistema financeiro.

## Funcionalismo está dividido em três

O funcionalismo público está dividido em três frentes na relação com o Governo Lula.

A greve iniciada ontem é liderada por entidades que compõem a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (Cnesf).

Das 11 entidades, oito são ligadas à CUT, mas nem todas aderiram ao movimento.

Já a CUT não participa da paralisação, embora tenha manifestado formalmente solidariedade aos grevistas.

Enquanto o comando de greve reivindica a retirada da emenda de reforma da Previdência, a direção da CUT preferiu dar prioridade à negociação com o Governo, para alterar o projeto.

Essa postura foi criticada por setores da CUT e do PT. A briga tornou-se mais evidente durante o Congresso da Central, há um mês. Grupos de oposição tentaram aprovar resolução pela retirada do projeto do Governo, enquanto a maioria dos delegados votou pela negociação.

Apesar das divergências internas, as entidades insatisfeitas com a direção da CUT afirmam que continuarão na central.

Um terceiro grupo de servidores, que

não se sente representado nem pela CUT nem pelo comando grevista, decidiu formar uma nova central. Na semana passada, representantes desse bloco foram recebidos pelo senador Paulo Paim, do PT.

## Metrô desiste da briga e paga reajuste

Finalmente termina a novela da Campanha Salarial dos Metroviários. A primeira parcela foi depositada dia 07/07. Sindicalistas comemoraram, enquanto a direção da empresa criticou a política da Justiça para estatais. Essa primeira parcela – de 12,13%, retroativos à data-base (1º de maio), foi paga em folha suplementar, no valor total de R\$ 6,423 milhões.

A empresa deve ainda duas parcelas de 3% cada, que deverão ser pagas em janeiro e em março do ano que vem. A decisão de pagar foi tomada após derrota no Supremo Tribunal Federal (STF), que negou pedido de liminar. O Metrô havia perdido também no Tribunal Superior do Trabalho (TST) e no Tribunal Regional (TRT).

O Sindicato dos Metroviários de São Paulo informou que manterá estado de greve até ter certeza do cumprimento do acordo. A assembléia marcada para o dia 15/07 pode ser antecipada. Os funcionários, que fizeram greve entre 17 e 18 de junho, ameaçavam parar no próximo dia 16 se o pagamento fosse feito sem a primeira parcela. No mesmo dia, o TRT de São Paulo suspendeu julgamento relativo à greve dos metroviários de junho.

## Motoristas e cobradores fazem greve em Cascavel (Paraná)

Motoristas e cobradores das duas companhias de transporte coletivo de Cascavel começaram, dia 8/7, uma greve por tempo indeterminado. Eles que-

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.  
Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

rem um reajuste salarial de 18%. A proposta feita pela prefeitura, de 10%, foi rejeitada.

Os motoristas que decidiram continuar trabalhando tiveram os ônibus apreendidos. Uma das companhias de transporte contratou vans e ônibus escolares para substituir os ônibus parados na outra, houve protesto de sindicalistas em frente à sede e apenas 27 ônibus saíram da garagem.

### **Começam os Congressos dos bancários e petroleiros**

O governo PT/Lula continua sua tarefa de arregimentar e estatizar os sindicatos. Agora é a vez de duas das principais categorias ligadas à CUT, bancários e petroleiros, que fizeram seus congressos na-

cionais. As direções sindicais devem fazer aprovar neles o apoio ao Governo Lula, aos pontos de mudança das reformas sem mudar o caráter e fundos de pensão. Os trabalhadores vão preparar as suas campanhas salariais. A data-base, em ambos os casos, é 1º de setembro.

A Confederação Nacional dos Bancários da CUT abriu, no dia 08/07, seu quarto congresso, em São Paulo, com a presença do ministro da Previdência, Ricardo Berzoini. O evento deve reunir 320 delegados, a maioria da Articulação Sindical, tendência majoritária na CUT. Em seguida, vêm os delegados da CUT Socialista e Democrática (CSD, identificada com a chamada esquerda do PT) e da Corrente Sindical Classista (CSC, tendência vinculada ao PC do B).

Já a Federação Única dos Petroleiros

(FUP) abriu, dia 09/07, em Campinas, o seu nono congresso com cerca de 400 participantes e presença do ministro do Trabalho, Jacques Wagner, que foi sindicalista na área petroquímica.

### **Congresso Metalúrgico do ABC**

Está mais do que claro que o Congresso Metalúrgico do ABC servirá para aprovar o apoio ao governo Lula e se colocar a serviço da reforma sindical e trabalhista. A militância classista e revolucionária do movimento operário e sindical tem o dever de lutar por uma política de independência quanto ao governo burguês e pró-imperialista de Lula, defender a aprovação de um programa de luta e o método da ação direta.

## **Manifesto do POR de apoio à greve dos trabalhadores federais Os seis meses do governo do PT/Lula já mostram a que veio. É preciso derrotar as reformas neoliberais e defender as reivindicações com a luta**

A maioria da população não suportava mais a política econômica pró-imperialista e as reformas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso. Esperava que o governo PT/Lula modificasse essa situação. No entanto, se viu imediatamente diante de um governo continuísta. Pior ainda: FHC deixou o país inteiramente nas mãos dos banqueiros internacionais e nacionais e falido; o PT/Lula acobertou a responsabilidade do governo entreguista e assumiu o compromisso de aplicar medidas mais violentas que a de seu antecessor.

O acordo de Reforma da Previdência selado com os governadores do PSDB, PMDB, PFL e outros é um ataque criminoso aos trabalhadores. A política econômica e as reformas de Lula foram traçadas pelo FMI nos mesmos moldes daquelas impostas a FHC. Portanto, governar significa unir as mesmas forças burguesas que vêm comandando o Estado. Governar implica descarregar a crise do capitalismo sobre os assalariados e camponeses pobres.

A Reforma da Previdência não é feita contra a minoria exploradora, mas contra a vida da maioria explorada. Não há um só ponto que atinja o capital e reduza

a taxa de exploração do trabalho. Pelo contrário, aumenta o tempo de trabalho, reduz o número de aposentados, diminui o valor das aposentadorias e pensões, diferencia reajustes salariais entre ativos e inativos, cresce a arrecadação, mantém os privilégios para uma minoria parasitária, favorece o capital financeiro e a privatização da Previdência. A solução de um déficit criado pelos governos e pela corrupção empresarial resulta no esmagamento do trabalhador e na proteção aos banqueiros.

Nessa mesma linha, o governo PT/Lula planeja a Reforma Trabalhista. A idéia de que não há outra saída para o país senão tomar esse remédio amargo falseia o principal de tudo. Não se trata de uma saída para o país, mas sim de medidas que retiram dos trabalhadores condições elementares de sobrevivência, favorecendo a exploração. O princípio capitalista de que os pobres se tornam mais pobres e os ricos mais ricos está sendo levado à risca pelo governo Lula. Assumiu uma posição governamental totalmente contrária ao cumprimento das promessas de criação de 10 milhões de emprego, 3 refeições ao dia a todos os brasileiros e reforma agrária.

Fica claro que os trabalhadores não podem se dar ao luxo de alimentar ilusões de que a dureza desse governo contra os oprimidos é passageira e que logo mais se voltará a beneficiar os desempregados e famintos. Lembremos que a falta de combate dos trabalhadores ao governo FHC permitiu que aquele governo colocasse o país no precipício, aumentasse o poder do imperialismo e esfolasse a vida da maioria que produz as riquezas. Essa falta de combate é de responsabilidade do próprio PT e de seu braço sindical que evitou a organização do movimento de massas a FHC e promoveu a ilusão em torno da constituição de um novo governo alternativo, dito "democrático e popular".

Veio esse novo governo e a classe operária, camponeses e demais oprimidos se deparam com a mesma política de descarregar a crise sobre os pobres e famintos. Agora, a mesma direção petista e sindical procura evitar um levante dos trabalhadores com o argumento de que as reformas são necessárias, que é uma questão de tempo e que é possível encontrar saídas negociadas.

O PT e PCdoB, que dirigem a CUT e a UNE, e que maior influência têm sobre

os sindicatos, levam as organizações de massa dos trabalhadores a apoiar o governo de continuísmo. O máximo que fazem para não comparecerem como simples capachos da política pró-imperialista, antinacional e antipopular do governo é criticarem alguns aspectos das reformas e aparentarem defensores de emendas neste ou naquele ponto.

Em nenhum momento levantam a bandeira de "Abaixo o acordo de Reforma da Previdência do PT/Lula com os governadores do PSDB, PMDB, PFL etc"; "Abaixo os acordos de Lula com o FMI e credores internacionais". Não exigem a criação imediata dos 10 milhões de empregos, as 3 refeições ao dia e a reforma agrária. Dizem aos trabalhadores "apoie o governo e negociemos as reformas".

Ora, apoiar um governo que serve aos interesses do grande capital resulta implantar as medidas ditadas pelo imperialismo e pela burguesia nacional. Os trabalhadores e seus sindicatos, ao contrário, devem se colocar em oposição ao governo burguês do PT/Lula e combater a sua política de reformas pró-imperialistas.

É com organização independente do governo e com os métodos da luta direta que brearemos as reformas malditas e imporemos as reivindicações. Exigimos dos sindicatos que se coloquem a serviço da luta unitária dos trabalhadores, rechaçando integralmente a Reforma da Previdência e as demais reformas neoliberais. E não se trata somente de combater tais reformas, mas de levantar um programa de reivindicações que defenda de conjunto a vida dos explorados.

Emprego, salário e aposentadoria a todos; reposição das perdas salariais; nenhum jovem fora da produção e da escola; acesso a educação a todos e em todos os níveis. Que o governo Lula rompa imediatamente com a Alca. Que cesse imediatamente o pagamento da dívida externa. Recuperação das estatais, sem indenização e sob o controle dos trabalhadores. Independência nacional. Rejeitar os acordos e contratos pró-imperialistas assumidos pelo governo PT/Lula que saqueiam o país e o torna mais submisso ainda ao grande capital internacional. Aprovar campanhas unitárias e de massa da classe operária, camponeses e classe média urbana arruinada pelo emprego, salário, terra aos camponeses, direitos trabalhistas, contra as reformas neoliberais e contra os acordos com o imperialismo.

## O governo do PT/Lula aumentou e aumentará o desemprego

Os dados da economia têm contentado ao capital estrangeiro, aos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, Bird), e aos grandes capitalistas nacionais em relação à política econômica do governo Lula. Os cortes de gastos, o aumento da arrecadação e a defesa das reformas neoliberais são aplaudidos pelos parasitas, porque isso lhes garante que o governo continue sustentando o parasitismo.

Os índices econômicos, com a baixa do dólar, a queda da inflação, a queda do chamado "risco Brasil", a valorização dos títulos da dívida externa, a retomada de empréstimos no exterior, tudo isso reflete a confiança dos investidores na política governista.

O POR tem repetido que se trata de uma política recessiva. Não quer dizer que é independente da economia mundial, e sim que acelera e aprofunda suas tendências. Os números citados pelos economistas e pelo governo como sinais de saúde da economia nacional são na verdade expressão das tendências mundiais.

A economia mundial tem apresentado sinais de uma recessão generalizada. As tendências geradas pela crise de superprodução da década de 1990, atenua-

das pelo crescimento artificial da economia norte-americana, manifestam-se agora sem essa limitação. É o baixíssimo rendimento, causado pela forte baixa dos juros nas principais potências, que têm deslocado capital de investidores para países como o Brasil, que paga num mês os juros de um ano inteiro. A chamada "saúde" da economia brasileira é sintoma da "doença" recessiva mundial, que vai se manifestar de forma mais dura sobre o país em breve.

A política recessiva do governo do PT/Lula atende aos interesses imediatos dos parasitas da dívida pública. Os cortes de gastos são uma garantia aos credores de que há fundo para seus pagamentos. A ofensiva em relação às reformas neoliberais objetiva favorecer aos capitalistas, compensando as perdas com a recessão e a abertura de mercado aumentando-se a superexploração do trabalho e cortando-se todos os serviços públicos, passando-os à exploração da iniciativa privada.

Essas medidas, que têm sido aplicadas de forma ainda mais contundente que no governo anterior, criam condições para realizar os compromissos com os credores no nível imediato. Porém, suas consequências são o estrangula-

mento da economia, agravando as tendências recessivas alimentadas de fora para dentro do país. Com menos investimentos públicos, a economia dá sinais de retrocesso. A alta dos juros inibe os investimentos produtivos.

As consequências já começam a se sentir. As demissões e as férias coletivas estão aumentando. Os cortes de direitos trabalhistas e a terceirização, que têm sido admitidos pelas direções dos sindicatos, levarão a mais desemprego. Os índices de um entre cada cinco pessoas desempregadas em São Paulo, ou a inscrição de 20% da força de trabalho carioca num concurso para gari no Rio de Janeiro mostram a força do desemprego.

As medidas recessivas do governo do PT/Lula são expressão do controle do capital financeiro e das oligarquias sobre o Estado e a submissão do governo, concretizando os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.

A criação de agências reguladoras para os serviços privatizados levou a que se tornassem não um instrumento de controle do governo sobre elas, mas justamente o contrário, instrumentos dos capitalistas para controlar o governo. Foi isso o que liberou as telefônicas a reajustarem as tarifas de 28% a 45%, di-

ante de salários congelados.

A tendência geral da economia é a de que, com a recessão, o parasitismo tenha fôlego reduzido, pois não há como sugar recursos de onde não se produzem. Ao longo do tempo, a recessão vai estrangular a economia e impedir que o governo consiga saldar seus compromissos. A política econômica de satisfazer os credores levará o país para uma situação de insolvência e profunda recessão.

A anulação das organizações de massa para enfrentar a situação favorecem a aplicação das medidas ditadas pelo capi-

tal. Comprometidas em sustentar o governo e sua política, a CUT, UNE, sindicatos e outras organizações são incapazes de oferecer qualquer resistência. Os movimentos que ainda assim ocorrem, pelo descontentamento das bases, são descentralizados e permanecem isolados, até a derrota.

As correntes de esquerda petistas são corresponsáveis pelo governo do PT/Lula e por isso só formulam emendas às propostas governamentais, não se colocando contra sua essência. O PSTU, obcecado pelo novo partido com as cor-

rentes que forem expulsas do PT, submete-se a elas, deixando de lado a luta contra o governo.

A necessidade do partido revolucionário torna-se mais acentuada. Sua construção está ligada neste momento à luta para impulsionar as massas a defenderem suas reivindicações de forma independente e com seus próprios métodos. A defesa do emprego e do salário, aliada à luta contra as reformas neoliberais, à defesa dos sem-terra e da luta pelas reivindicações, contra o governo do PT/Lula, é a tarefa central.

**José Rainha**

## Mais uma prisão

José Rainha, nem bem cumpriu a pena por alegado porte de arma, voltou à prisão por conta de um outro processo sobre ocupação de terra no Pontal do Paranapanema. A detenção foi acionada devido ao fato do líder dos sem-terra ter ativado o movimento camponês na região. Reaglutinou os acampamentos e aumentou o número de trabalhadores que reivindicam assentamento.

Os latifundiários e partidos da burguesia exigiram do governador Alckmin repressão imediata sobre os sem-terra e particularmente a José Rainha, que ao sair do cárcere afirmou que o Pontal poderia ser uma nova Canudos, referindo-se ao massacre dos sertanejos em 5 de outubro de 1896. Poderia ter alertado sobre uma nova Corumbiara (agosto de 1995) ou Eldorado dos Carajás (abril de 1996), que deixaram inúmeros camponeses mortos, sob o governo de FHC. Mas a diferença histórica está em que Canudos foi derrotada e ensanguentada pelas forças governamentais depois de resistir a vários ataques e impor derrotas aos militares. É um marco de resistência camponesa armada dos oprimidos.

Evidentemente, os latifundiários sabem que a nova Canudos de José Rainha não tem como acontecer porque não há armamento dos camponeses para tal, mas pode ser uma nova Corumbiara, em que os sem-terra sofreram invasão de seus acampamentos pela polícia e jagunços, sem terem como se defender. Tem sentido o alerta de José Rainha, quando é sabido que os fazendeiros formaram

grupos de jagunços e milícias particulares para combaterem as ocupações de terra.

A liberdade dos latifundiários-grileiros se armarem - baseada no direito burguês de defesa da propriedade da terra - chegou ao ponto destes convidarem a imprensa a divulgar imagens de jagunços encapuzados ostentando pesado armamento. Essa situação não se limita ao Paranapanema. Em todos os estados em que o movimento dos sem-terra luta pela reforma agrária, usando o método coletivo de ocupação de terra, os latifundiários armaram-se de milícias. Volta e meia, no Paraná, Pernambuco e Pará, regiões de maior tensão da luta de classe no campo, os acampamentos são invadidos por jagunços encapuzados e quase sempre há mortos ou gravemente feridos.

Em março deste ano, fazendeiros do Paraná organizaram o Primeiro Comando Rural (PCR), armado nos moldes para-militares. Não se trata de nenhuma novidade. Desde a formação da UDR, sob o governo Sarney, a burguesia agrária assumiu abertamente 'o direito de proteção armada da propriedade'. Mas seu armamento vem de longe com os bandos de jagunços, que serviram à grilagem e à expulsão de camponeses posseiros das terras. O Estado sempre os protegeu, mantendo-os impunes à sombra da Justiça. Como agora, quando agudiza o confronto e apresenta-se o armamento, os governos evocam o princípio de que nem fazendeiros, nem cam-

poneses em luta estão acima das leis e da Justiça.

Ocorre que as leis são para proteger os proprietários e estes podem ter suas milícias. Mesmo que elas não estejam nos padrões estipulados pela lei de defesa da propriedade - a exemplo dos informais grupos armados de jagunços, que custam menos ao fazendeiro - não deixam de expressar a liberdade do capital se armar contra os trabalhadores. A verdade é que, na luta de classe, a violência da burguesia é permitida e protegida por seu Estado e governos.

O Estado e todo seu aparato militar e jurídico se assenta no direito de propriedade dos meios de produção, que confere à burguesia o direito de explorar os assalariados, de oprimir o camponês pobre, de manter um crescente exército de desempregado e de matar de fome. Esse último - o direito de matar de fome - expõe a barbárie do capitalismo. O direito da classe capitalista defender a propriedade privada tem por cimento o direito de matar de fome parte da maioria oprimida, sem que haja necessidade da formalidade jurídica. É o que se passa tanto no campo quanto na cidade.

Se os camponeses ocupam terras, reivindicando o direito mais elementar de sobrevivência, já que não há empregos na cidade e quando os há para alguns lhes pagam o salário da miséria, estão quebrando o sagrado direito de propriedade, portanto colocando-se acima da lei. O que dirá então se os sem-terra - ameaçados pelos jagunços e pela repres-

são governamental - constituem comitês de auto-defesa armados? Serão acusados e golpeados por 'formação de quadrilha armada'.

José Rainha foi preso por porte de arma ilegal e agora volta à prisão por ser organizador de quadrilha que ameaça a ordem pública, ou seja, o direito dos latifundiários e de toda classe capitalista manterem milhares e milhares sob sol, chuva, sede e fome.

O Ministro de Justiça do governo Lula, Tomás Bastos, evocou o princípio de que ninguém está acima da Lei e que tanto fazendeiros quanto sem-terra serão punidos. Temos aí o primeiro resultado: prisão de José Rainha. Ninguém tocou o fazendeiro que exibiu armas em punhos.

Não importa as particularidades políticas do governo, desde que responde pelo Estado burguês, deve aplicar as leis que facultam aos capitalistas o direito de explorar, de oprimir e de matar de fome.

Pode ser mais brando, mais negociador ou mais incisivo na aplicação da violência estatal contra os trabalhadores, mas todos sustentam a ditadura de classe da minoria contra a maioria.

A ilusão dos trabalhadores de que podem ter um governo eleito por eles, que resolva seus problemas, limitando o direito dos capitalistas explorarem e oprimirem, deve ser superada. A experiência está aí para demonstrar essa verdade. O governo PT/Lula não deixará de ser governo da minoria capitalista contra a maioria trabalhadora.

É preciso responder às prisões e repressão aos sem-terra com mobilização de massa, mais ocupações, greves operárias e formação dos comitês de auto-defesa armados. A força dos explorados do campo para vencer a violência dos latifundiários e a repressão estatal depende de alcançar uma grande unidade e conquista da aliança operária e camponesa.

O capitalismo é um sistema de con-

centração crescente de propriedade e de miséria da maioria. Chegou ao auge do desenvolvimento das forças produtivas e se encontra na fase imperialista de decomposição. Nos países semicoloniais, em que não pôde e não poderá solucionar o problema camponês, coloca-se a revolução agrária. Somente assim os camponeses poderão de fato ter acesso às terras e condições para produzir.

A reforma agrária, sob o capitalismo e como forma de concessão do Estado, não virá. Os camponeses têm de arrancá-la por meio da luta de classe e para triunfar definitivamente dependem da revolução proletária, que derrubará a burguesia do poder e expropriará a propriedade privada dos meios de produção. Todas as lutas parciais, se queremos derrotar a burguesia e eliminar sua violência de classe, devem se concentrar na tarefa de conquistar o poder do Estado por meio da revolução social e constituir um governo operário e camponês.

## Cresce o desemprego no Ceará e no país

### Desemprego na capital cearense

A política econômica e social dos governos Juraci Magalhães (PMDB), Lúcio Alcântara (PSDB) e Lula (PT) tem os mesmos objetivos, ou seja, garantir os acordos e compromissos com os organismos imperialistas (FMI, BID e BIRD) com o pagamento das dívidas externa e interna rigorosamente em dia. Desta maneira, eles implementam cortes de serviços públicos mais próximos da população, arrocho salarial do funcionalismo, privatização etc. Isso tem provocado desaquecimento em todos os setores da economia e agravado e aprofundado ainda mais a desintegração do sistema capitalista de produção decadente e trazendo recessão para operários e classe oprimida.

A taxa de desemprego em Fortaleza registrou em abril 16,87%, a maior dos últimos 10 meses, isto é, 152.173 pessoas sem trabalho, contra 147.907 em março (IDT - Instituto de Desenvolvimento do Trabalho). (Diário do Nordeste, 27/06/03)

### Desemprego no país

O desemprego no país em maio atingiu 12,8% da População Economicamente Ativa (PEA). Nos cinco primeiros meses do governo Lula cresceu o desemprego no Brasil. O número de pessoas desempregadas chegou a 2,7 milhões em maio nas seis regiões metropolitanas do país. Em dezembro do ano passado, o número de trabalhadores sem emprego era de 2,12 milhões. (idem)

Segundo o IGBE, 580 mil brasileiros entraram para o grupo de desempregados em 2003, o que representa um aumento de 27,35% em cinco meses. (idem)

O governo Lula (PT) é burguês e traidor da classe operária e oprimida, porque está a serviço do grande capital nacional e internacional. Com isso, não vai cumprir a sua promessa de campanha eleitoral de 10 milhões de empregos, três pratos de comida e terra para os camponeses. Como também o governo estadual de Lúcio não irá criar os 100 mil novos empregos prometida na sua campanha.

### Qual a saída para o desemprego

O proletariado e os oprimidos devem expulsar a burocracia da CUT e dos sindicatos para ela deixar de ser um instrumento dos governos de plantão, e se tornar em organismo de luta e independente politicamente da burguesia e do Estado. E organizar um movimento nacional grevista e unificado com os empregados e desempregados para combater o desemprego e o esgamento salarial. Tendo como objetivo o seu Partido da Revolução Proletária para destruir o capitalismo e construir o regime comunista (sem opressão de classe, desemprego, miséria, fome etc.).

\* Abaixo os governos Lúcio e Juraci!

\* Não ao apoio ao governo Lula!

\* Redução da jornada de trabalho para 4 horas, como ponto de partida para se implantar a escala móvel das de trabalho, sem redução dos salários. A jornada de trabalho deve ser reduzida até o ponto em que haja trabalho para todos!

\* Que a CUT rompa imediatamente com seu apoio ao governo Lula.

**Paraná - Movimento contra o aumento da tarifa dos ônibus**

## **A morte de Anderson é de responsabilidade do prefeito e da polícia**

O movimento pela redução da tarifa de ônibus para R\$1,35 ganhou as ruas. Trata-se de um movimento que iniciou no final de maio contra o aumento das passagens decretado pelo prefeito de Londrina, Nedson Micheleti, do PT. Em pouco tempo, os estudantes ganharam apoio da população.

No dia 13 de junho, durante uma manifestação dos estudantes secundaristas, um dos jovens foi atropelado por um ônibus que cumpria as ordens do tenente-coronel Rubens Guimarães de sair do terminal. O estudante Anderson Amaurílio da Silva, 21 anos, foi morto depois de 11 dias de atropelamento.

Novas manifestações ocorreram em protesto contra a morte do jovem estu-

dante. Os manifestantes responsabilizam o prefeito petista, o presidente da CMTU, Wilson Sella, e o comandante do 5º Batalhão da PM, Rubens Guimarães, pela morte de Anderson.

No dia 3 de julho, foi realizado o "Dia Municipal do Pula Catraca", pela redução da tarifa para R\$1,35. O prefeito e a polícia agem novamente para punir os manifestantes, com ameaças e prisões.

O movimento conta com o boicote da União Londrinense dos Estudantes Secundaristas (ULES), do Sindicato dos Motoristas e Cobradores (Sinttrol) e de outras entidades que tentam segurar suas bases e impedir que se unifique num amplo movimento contra o aumento das tarifas. Tudo para defender o pre-

feito petista, tendo em vista as eleições de 2004. Apesar da ULES boicotar a luta, os secundaristas de base estão participando ativamente do combate. Rechaçam, na prática, a conduta da direção da ULES.

O importante é que o movimento conta com a adesão da população e recebeu moções de apoio de várias entidades, como a do Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Estado do Paraná, com assinaturas da Associação dos Docentes da UEL, Sindicato dos Professores de Londrina, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde, Associação dos Docentes da UNIOESTE etc.

Para derrotar a política de aumento

## **Alckmin impôs aumento de desconto para a Previdência**

Depois de mais de uma semana de manifestações de funcionários públicos no plenário da Assembléia Legislativa, o governo exigiu que sua base aliada (PSDB, PFL, PDT, PSB, PPS, PTB, PL etc) votasse a favor do desconto previdenciário de 5%. O PT, PCdoB e PMDB se posicionaram contra. Com essa medida, o governo paulista pretende retirar dos servidores mais de R\$500 milhões já em 2004 para cobrir o "rombo" da Previdência (em torno de R\$7,5 bilhões), dilapidada pelo próprio governo que sonega a contrapartida e retira dos cofres somas volumosas para pagar as dívidas do Estado.

O PSDB criticou a conduta do PT em São Paulo dizendo: "Mostramos que existe o voto de responsabilidade e o da bravata". Referia-se a posição do PT a favor da reforma em Brasília e contra em São Paulo. A resposta do PT é de que "não há relação entre a votação da reforma no Congresso - onde o PSDB votará pela aprovação - e o projeto paulista". Na verdade, tudo não passou de firúias. O PT como o PSDB cumprem com as di-

retrizes do FMI, que determinam cortes de gastos públicos e aumento da arrecadação, para manter os acordos de pagamento das dívidas. O PSDB exigiu da ala oposicionista o cumprimento das regras parlamentares para que a votação se processasse do PT. Impediu que os professores e alguns servidores entrassem no plenário por meio da distribuição de senhas para a burocracia sindical.

A diretoria da Apeoesp (PT e PSTU) sorrateiramente aceitou o critério de senhas e um a um adentrou na Assembléia Legislativa, deixando para trás os setores mais radicalizados que levantavam a bandeira de "ocupar a Assembléia para impedir a votação".

### **A posição da burocracia da Apeoesp**

Após o desmonte do movimento, ocorrido na assembléia de maio, onde a burocracia petista e o PSTU defendeu esperar mais um mês, os professores não acataram o chamado de antecipação da assembléia. O resultado foi o esvazia-

mento. Novamente unidos, a burocracia da Apeoesp se posicionou por esperar o mês de agosto.

O palavreado radical do PSTU, que defendeu paralisar até a votação da reforma de Alckmin e outra assembléia no mês de agosto, não passava de um artifício para não ser identificado outra vez com a ala petista majoritária da diretoria (Articulação). Isso porque já sabia que a paralisação era um blefe, pois em poucas horas o PSDB aprovaria o desconto previdenciário. Inflou com os discursos de "ocupar" a Assembléia Legislativa e mudou com a aceitação silenciosa da senha.

Está aí porque dizemos que o centrismo do PSTU impede de fazer uma verdadeira oposição ao PT. Os discursos radicais contra a Reforma da Previdência de Lula/Alckmin/ FMI servem unicamente para atrair os descontentes petistas, que não se conformam com a conduta entreguista do partido no governo. Na Apeoesp, em todas as assembléias, o PSTU esteve unido ao PT contra os setores que propõem enfrentar nas

ruas, por meio das greves, o governo PT/Lula.

### **O POR se posicionou pela greve**

A posição de defesa da greve era o único meio para denunciar o colaboracionismo da diretoria e o oposicionismo de fachada do PSTU. Era para demonstrar que a proposta de greve a partir do

dia 30 de maio estava correta e que o PT e o PSTU desmontaram o início de uma tendência de luta da classe. E para mostrar que não há outra via para se opor à Reforma da Previdência senão a da unidade grevista contra o governo.

Os setores de oposição à diretoria renunciaram à defesa da greve. Perderam, assim, a oportunidade de fazer um balanço da política burocracia sindical, que se recusa enfrentar o PSDB e agora o

PT.

O POR ao defender a greve expressou a política de que somente um movimento nacional e de massa poderá conter as reformas neoliberais do governo PT/Lula. Atuou chamando os funcionários públicos a repudiarem a criminosa Reforma da Previdência por meio de seus próprios métodos – greve, ocupações e manifestações de massa.

## **Fortaleza-CE**

# **Avaliação do Congresso da UNE**

O Congresso da UNE (48º) teve uma importância histórica pois a entidade precisava definir sua posição frente o governo PT/Lula.

No 1º dia houve palestras e GTs. No 2º dia, também foram discutidas as propostas consensuais sobre a conjuntura nacional/internacional assim como votaram as polêmicas.

O partido atuou no 1º dia nos GTs. Polemizou sobre a independência da UNE frente o governo e a importância de se fazer manifestações contra as reformas neoliberais.

No 2º dia, fizemos a distribuição da nossa tese, colagem de cartazes, divulgamos nosso material específico para cada ponto do debate. No GTs, os militantes do POR defenderam suas propostas. Polemizou contra as cotas, provão, fim das

escolas privadas etc. Não pudemos intervir em todos os grupos. A direção da UNE (PCdoB) não participava dos grupos.

No 3º dia, houve a votação das propostas divergentes. O Congresso aprovou a participação da UNE no Conselho de Desenvolvimento Econômico e se colocou a favor da Reforma da Previdência. Destacou unicamente o ponto da taxa de inativos.

No 4º dia, foram votadas e aprovadas as eleições congressuais para a UNE e o aumento do quorum para a eleição de delegados, que passou a ser 1 para cada 2000 estudantes. Para a eleição da direção da UNE se inscreveram 5 chapas. O POR não teve como lançar uma chapa própria sob a base de suas teses. Não pôde participar do chamado do PSTU,

pois uma parte dos componentes dessa chapa era do PT, e manifestavam descontentamento em alguns aspectos da política do governo PT/Lula. Portanto, não era uma chapa que expressava o não apoio ao governo Lula e as reformas pró-imperialistas.

Consideramos que o partido necessita aumentar sua influência no setor estudantil. A participação no Congresso, com teses e matérias partidários, foi muito importante. Devemos ampliar nossos esforços para que possamos atuar mais coletivamente no próximo congresso. Uma lição que extraímos é a de que o partido precisa ser mais ofensivo tanto na vendagem do Jornal Massas quanto nas intervenções em plenárias.

Regional do Ceará

# **Congresso da UNE: o PSTU se rende à defesa do novo governo**

Estava claro para todos que o tema central do 48º Congresso da UNE seria a relação da entidade com o novo governo. O PCdoB e a corrente majoritária do PT, Articulação, atuaram dispostos a colocar a UNE como sustentáculo do governo e de suas reformas. Tanto é assim que aprovaram conjuntamente uma resolução de apoio ao governo do PT/Lula.

O PSTU compareceu ao Congresso com uma bancada expressiva sob sua influência. Destacava-se ocupando toda a lateral do ginásio. Tinha todas as condições para se constituir num pólo de referência antigovernamental no Congresso. Se o fizesse, certamente cumpriria um

papel progressivo na luta contra a integração da UNE ao governo do PT/Lula.

Mas o PSTU tinha um outro objetivo traçado: trabalhar pela construção do novo partido com as correntes de esquerda do PT. Ainda que isso implicasse abrir mão de posições políticas.

E foi isso o que orientou a intervenção do PSTU no Congresso. Ao invés de utilizar sua bancada expressiva para construir um bloco de oposição ao governo do PT/Lula e suas reformas neoliberais, o PSTU orientou sua militância a votar em função do arco de alianças que pretendia construir e que incluía as correntes de esquerda do PT que apóiam o governo, como a DS e a Força Socialista.

Foi assim que, diante da polêmica ao redor do pacto social, o PSTU abriu mão de sua proposta de resolução, que era contra o governo e o pacto social, para apoiar uma resolução da esquerda petista que defendia a saída do pacto, mas pregava o “diálogo” com o governo, e falseava a natureza do pacto social (como se o problema fosse apenas de sua composição dominada pelos capitalistas). Embora essa resolução tenha sido derrotada pela do PCdoB, de apoio ao governo e ao pacto, se concretizou o voto de apoio do PSTU ao governo, na forma de “diálogo”.

Ainda assim, a esquerda petista não mordeu a isca do PSTU. No final das



contas, apenas as correntes que já discutiam a formação do novo partido é que compuseram a chapa com o PSTU (CST e MES). As outras correntes de esquerda, ainda que tenham críticas ao governo, o apóiam e se submeteram a uma chapa de composição com a Articulação/PT.

A corrente SR, do PT, para compor com o PSTU, é apoiadora do governo e defendeu e votou na proposta de resolução sobre a reforma da previdência do PSTU, que criticava quem se colocava por emendar a proposta do governo, quando essa mesma corrente tem como bandeira: “por uma reforma que amplie direitos”. O PSTU aceitou seu ingresso na chapa e não criticou sua posição.

Na defesa da chapa, o PSTU deixou claro que era uma frente voltada a atrair a esquerda do PT, inclusive os apoiadores do governo. E o nome da chapa mostra sua submissão aos grupos de esquerda petista: “Somos todos radicais”, em referência aos parlamentares “radicais” do PT.

O PSTU, ao atenuar a oposição ao governo, estabeleceu mais um compromisso com ele. Dizemos mais um porque o PSTU ajudou a eleger o governo do PT/Lula. A partir desse compromisso, não é possível uma posição de clara oposição ao governo sem negar o apoio eleitoral.

A militância do PSTU que defende a luta contra as reformas neoliberais do

governo, que caracteriza corretamente o governo como pró-imperialista e entende a necessidade de combatê-lo tem de responder à política de alianças a qualquer custo com a esquerda petista que apóia e sustenta o governo, ainda que com críticas pontuais, concretizada no Congresso.

### As resoluções

O PSTU chegou a fazer a defesa da proposta 2, na qual votaríamos, para no final retirá-la e apoiar a proposta 1, que distingue claramente a saída do pacto social do “diálogo” com o governo (apoio). Eis as duas resoluções (o grifo é nosso):

**PROPOSTA 1** (da esquerda do PT e votada pelo PSTU)

As mudanças que o país precisa não acontecerão sem nenhum tipo de enfrentamento, por isso não aceitamos espaços de tentativas de conciliação entre as classes entendendo que os interesses das mesmas são antagônicos e que as disputas não serão resolvidas em espaços para tentar minimizar as tensões na tentativa de promover pactos. A busca de diálogo nas reivindicações junto ao governo não podem ser confundidas com a participação da UNE no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). O Conselho não é um espaço de negociação. Pelo contrário, através do CDES, do qual participam banqueiros e empresários, bus-

ca-se a construção de “consensos” para realizar um “pacto social” e através de reformas, retirar direitos dos trabalhadores e dos estudantes. Como o presidente da FIESP afirmou a respeito do pacto social: “todos vão ter que perder um pouco”. Participar deste Conselho, cuja função é de buscar realizar um impossível pacto permanente entre, por exemplo, donos de escolas e estudantes inadimplentes, ou de empresários e universitários estagiários sem direitos trabalhistas, não devem ser o caminho da UNE. Por isso, consideramos equivocada a decisão do último CONEG, e propomos que a UNE saia do CDES.

**PROPOSTA 2** (apresentada pelo PSTU e retirada após a defesa em plenário)

O conselho de desenvolvimento econômico e social criado pelo governo Lula é aplicação da política de pacto social que só beneficia os banqueiros e empresários, sua composição já demonstra isso, não existe pois nenhuma possibilidade que este órgão atenda os interesses dos trabalhadores. A manutenção da UNE neste conselho fere a autonomia da entidade e contribui para que esta transforme numa entidade governista, política defendida pela maioria da direção da UNE. Por isso defendemos: A imediata saída da UNE do CDES, pela autonomia e independência da UNE frente ao governo.

## Texto distribuído pelo POR durante o 48º Congresso da UNE Bloco de esquerda de verdade, só se for com nenhum apoio ao governo do PT/Lula e suas reformas neoliberais

O principal tema deste 48º Congresso da UNE será a relação política da entidade e do movimento estudantil com o governo Lula. A corrente “Ruptura Socialista”, dirigida pelo PSTU, trouxe ao Congresso a proposta de formação de um bloco de esquerda contra a direção majoritária atual (UJS/PCdoB) e a Articulação Estudantil/PT. O objetivo do bloco é organizar uma chapa de oposição à política de “chapa branca” (apoio a tudo o que o governo faz) que pretendem impor à UNE as duas maiores correntes. O chamado à formação desse bloco está voltado principalmente para

as correntes de esquerda do PT.

Um bloco de esquerda no Congresso da UNE pode ter um caráter progressivo se estiver construído sobre a base de uma clara oposição às reformas neoliberais do governo do PT/Lula, se estiver orientado para a mobilização da juventude pelas reivindicações e pela unidade com os movimentos sociais, em particular o movimento operário. Esse bloco não pode ser confundido com um bloco de apoio ao governo Lula, com apenas algumas divergências tácticas. Nesse caso, não teria um caráter progressivo, pois não se oporia à questão mais crucial

deste Congresso: defender a real independência da UNE em relação ao governo, o que implica em lutar contra ele em defesa das reivindicações estudantis.

De nada adiantaria um bloco de esquerda sob a política das correntes de esquerda petista, pois elas não se colocam por combater nas ruas as reformas neoliberais do governo, e sim apresentar emendas às propostas governistas, ou seja, negociar no parlamento uma atenuação do ataque antinacional e antipopular. É esse o sentido das bandeiras “por uma outra reforma da previdência”, “contra esta reforma da previdência” e a

pior delas "por uma reforma da previdência que amplie direitos". Essa política desvia as massas da ação direta para a pressão parlamentar e as confunde escondendo a essência da reforma, que é atacar os assalariados e aposentados em benefício do parasitismo financeiro.

A reforma da previdência é criminosa e trará conseqüências terríveis para educação, com a aposentadoria precoce em massa de professores e a inviabilização de cursos e disciplinas. É um crime que a direção majoritária (UJS/PCdoB) da UNE se coloque por apoiar o governo e sua política em flagrante contradição com os interesses dos estudantes. Mas a política das correntes de esquerda que pretendem um meio-termo entre a proposta do PT/Lula e o combate de conjunto à reforma (defesa da aposentadoria integral e nenhuma taxa-ção sobre assalariados e aposentados) só pode conduzir à derrota e a implantação da reforma. Um bloco de esquerda sob

essa orientação não será uma alternativa real à atual direção da UNE e à corrente Articulação Estudantil, porque não romperá com a essência de sua política, que é apoiar o governo, com divergências.

O exemplo da chapa 2 do Congresso da CUT é exatamente o que NÃO devemos seguir. Diante da possibilidade de exclusão da direção da central, o PSTU e várias correntes do PT se uniram numa chapa comum com dois programas: um de apoio ao governo e outro contra. Compareceu como um bloco de apoiadores do governo, com divergências. No congresso da CUT, o PSTU deixou de apresentar uma chapa que pudesse expressar claramente a luta contra as reformas neoliberais do governo do PT/Lula (como a da previdência) em função de interesse aparelhista. Mesmo que ficasse excluído da direção da CUT (por causa de um critério antidemocrático), o PSTU perdeu a chance de apresentar uma chapa de oposição à integração da CUT ao

governo. Neste caso, poderíamos apoiar essa iniciativa. Mas nunca a submissão dos setores dispostos a combater as reformas neoliberais do governo àqueles que querem apenas negociar aspectos.

O chamado ao bloco de esquerda deve estar voltado a todos os que se colocam contra o governo pró-imperialista e pelo combate às suas reformas neoliberais. Se for possível a composição de um bloco de esquerda democrático, que se baseie em nenhum apoio ao governo Lula e suas reformas neoliberais e se coloque por derrubar a reforma criminosa da previdência, e garanta o direito das posições divergentes se manifestarem, então será um passo progressivo e o podemos apoiá-lo. Caso contrário, um bloco de apoio crítico ao governo só servirá para a disputa aparelhista e não ajudará o movimento estudantil a avançar sua luta.

Corrente Proletária Estudantil - POR

## Rondônia

# Em Defesa da Democracia Operária e das Reivindicações dos Trabalhadores Municipais da Educação de Porto Velho

Nos últimos 19 e 20 de junho ocorreu o X Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia, com o seguinte slogan: "A Valorização dos Trabalhadores da Educação e Garantia de Qualidade de ensino". Isso se converteu em tema da primeira palestra do Congresso. Os demais temas se prestaram a legitimar a política do governo PT/Lula, valorizando o Parlamento e alimentando ilusões nas eleições burguesas.

Em nenhum momento do Congresso foi respeitada a democracia operária, da qual faz parte acatar as diferentes opiniões que circulam em meio à luta dos educadores. Só para se ter uma idéia, o caderno de teses era composto por apenas duas: a defendida pela diretoria do sindicato e a defendida pela Corrente Proletária da Educação. Enquanto os textos defendidos pela direção do sindicato, no decorrer dos três dias, eram expostos pelos palestrantes com direito de expo-

sição de 15 a 30 minutos, para a tese da Corrente Proletária foram concedidos apenas 3 minutos e no final do último dia mais 3 minutos. A burocracia sindical sequer respeitou o artigo 8º do regimento, aprovado no início do Congresso. Esse artigo determinava que "Para o desenvolvimento dos trabalhos do Congresso será apresentado um caderno de textos referenciais que servirão de subsídios para a discussão do plano de luta da entidade".

Na verdade, somente os textos da diretoria foram expostos. Procurou manobrar o plenário para que este não se atentasse às questões de ordem levantadas pela Corrente Proletária. A diretoria, usando seus métodos corriqueiros de difamação e mentiras, acusava os militantes da Corrente Proletária de quererem tumultuar o Congresso.

A burocracia sindical é contra um princípio elementar do movimento sindical, que é a democracia operária.

Impede o direito de divergência, bem como o direito de expor democraticamente no Congresso as posições que se opõem à direção do sindicato. A burocracia, para poder se manter no aparelho sindical, está obrigada a reforçar o apoliticismo da classe e impedir que seus opositores, que têm inserção no movimento, possam apresentar suas idéias e submetê-las democraticamente ao voto dos delegados do Congresso.

A Corrente Proletária chama atenção dos trabalhadores em educação sobre o significado da ausência da democracia sindical. Mostra que a direção burocrática atua dessa maneira porque aposta no atraso político da classe. E quanto mais alheia estiver dos reais problemas, mais a direção pode manipulá-la para seus interesses políticos. É o que passa no sindicato e é o que ocorreu no Congresso. A burocracia arrastou os delegados a apoiarem a política do governo PT/Lula e seus aliados eleitorais nos Estados.

No final do Congresso, a Corrente Proletária apresentou uma moção de repúdio aos métodos da burocracia e a ausência de democracia sindical. A diretoria do SINTERO, por sua vez, apresentou outra moção contra os militantes da Corrente. Isso mostra que essa direção está na contramão dos princípios fundamentais do movimento sindical. O que a Corrente reivindicava era simplesmente o direito de expor, debater e o plenário de votar livremente nas propostas que considerasse corretas.

### **A burocracia sindical combate as idéias revolucionárias**

A política direção do SINTERO é a de manutenção do sistema capitalista. Defende as ditas reformas propostas pelo governo PT/Lula. Seu método é oposto a luta de classe, portanto, da mobilização direta. Apóia-se na democracia representativa (burguesa), ou seja, nas eleições e nas "pressões" do movimento aos parlamentares. Na educação, ilude os trabalhadores com a possibilidade de se ter uma escola de

"qualidade" no seio da sociedade dividida em classes, no capitalismo. E que as reivindicações podem ser alcançadas por meio da "mudança da correlação de forças no interior do Estado e suas instituições burguesas". Não por acaso, a burocracia coloca o sindicato a serviço das eleições e o utiliza como trampolim eleitoral.

A burocracia sindical atua contra as idéias revolucionárias, expressas pelo programa do Partido Operário Revolucionário (POR). Por isso, se torna ferrenha adversária do marxismo. O reformismo é a política da pequena-burguesia de sustentação do sistema de opressão nacional e social. Com o discurso demagógico das reformas sociais, da "escola de qualidade" etc, a direção do SINTERO procura manter os trabalhadores da educação submetidos a sua política, que se expressa na conciliação entre o capital e trabalho.

### **A política da Corrente Proletária**

A Corrente Proletária defende o programa do POR, que tem como estratégia a revolução social para derrubar

o capitalismo e implantar o socialismo. Seu método é o da luta de classe, da ação direta para enfrentar a burguesia e seus governos. Tem como fundamento a unidade da luta de todos os oprimidos – operários, camponeses pobres e classe média arruinada.

O ponto de partida é a defesa das reivindicações elementares dos explorados, como o emprego, salário, direitos trabalhistas, saúde e educação inteiramente gratuitas. Combina essas reivindicações com a luta antiimperialista, contra o saque do país realizado pelas potências, e da luta anticapitalista, para pôr abaixo o sistema de exploração do trabalho e edificação da sociedade de classe.

Por isso, a Corrente Proletária encontra pela frente não só a classe burguesa, que concentra toda riqueza em suas mãos, mas também as direções que submetem os organismos dos trabalhadores à política burguesa, como é o caso do SINTERO. O combate à política das direções sindicais faz parte da luta para emancipar os sindicatos e torná-los independentes do Estado e dos governos.

## **Rio Grande do Norte POR UM C.A. DE LUTA**

Há muito tempo, o curso de pedagogia passou por um marasmo sufocante. Ninguém se preocupava com outra coisa além de freqüentar as aulas e apresentar seminários. Até que, um dia, a monotonia foi quebrada com a denúncia de um estudante, que havia terminado o curso e descobriu que não receberia o diploma. Esta notícia desencadeou uma inquietação nos estudantes levando-os a mobilizar-se coletivamente em prol da resolução deste problema, sendo que, paralelo a este, surge a discussão da reformulação do atual currículo de pedagogia.

A ação organizada dos estudantes resultou na liberação dos diplomas, como também no FÓRUM de discussão do currículo. Apesar de tanta mobilização (parada, ocupação da PROEG, assembléia dos estudantes) o curso voltou a ser o que era antes, um verdadeiro ma-

rasmus. Uma oportunidade para rever esta situação são as eleições do Centro Acadêmico. Acreditamos que se tivermos um C.A. comprometido com a luta, através da ação direta e coletiva, outras vitórias serão conquistadas. Para isso estamos chamando os (as) colegas estudantes para a discussão das propostas abaixo, com o objetivo de formar essa chapa:

1) Por um currículo em pedagogia que garanta um ensino público, gratuito, laico e vinculado à produção social: Um período na sala e outro na prática escolar.

2) Bolsas de trabalho em pedagogia para os alunos de pedagogia.

3) Por um C.A. baseado no método da ação direta (ocupação da PROEG etc).

4) Aliança Operária - Estudantil.

a) Reforma Agrária com o fim do lati-

fúndio.

b) Fim do "ligeirinho".

c) Aumento salarial dos trabalhadores de todas as perdas nos governos anteriores.

d) Implementação imediata do plano de cargos e salários dos professores da UERN.

5) Pelo fim do provão. Boicote a avaliação do MEC.

6) Pelo fim das especializações pagas.

7) Livre acesso para todos. Fim dos vestibulares.

8) Abaixo a burocracia universitária. Pelo real autonomia universitária, baseada na soberania assembléias departamentais.

9) Universidade sustentada exclusivamente pelo estado.

Corrente Proletária Universitária

**Rondônia**

## Greve dos trabalhadores da educação municipal

A assembléia do mês de julho votou pela greve. Sabemos que para arrancar as reivindicações de salário, de fim das reformas destruidoras da educação e de direitos trabalhistas é preciso construir a unidade da classe e com os demais trabalhadores, em particular com o servidores públicos que estão em greve contra a Reforma da Previdência.

A direção do sindicato, que antes era contra a greve, com o argumento de que

“era contra confrontar com o prefeito”, viu que os trabalhadores estavam dispostos à greve. Porém, tratou de aprovar a ida à Câmara de Vereadores para “pressionar” os vereadores a aprovarem o aumento salarial. O resultado dessa pressão foi um dia de embromação.

A Corrente Proletária defende a organização dos comandos de greve, da assembléia unitária com todo o funcionalismo e das grandes mobilizações de

rua para arrancar do prefeito as nossas reivindicações. A unidade grevista com os servidores públicos é fundamental para derrotar a política do PT/Lula de Reforma da Previdência. Essa reforma é mais um ataque às condições de vida dos assalariados e dos aposentados. É uma proteção ao capital financeiro e um crime a classe trabalhadora.

Unidade na luta grevista para impor nossas reivindicações.

## Congresso Metalúrgico do ABC

No dia 26 de junho, foi aberto o 4º Congresso dos Metalúrgicos do ABC. A estrutura montada para a abertura contou até com telões na frente do sindicato, pois se esperava um grande número de operários. A segurança foi reforçada, porque Lula era o convidado de honra. A direção do sindicato não esperava que o número de trabalhadores fosse tão pequeno, sabendo da vinda de Lula. A maioria dos presentes era de membros das comissões de fábrica, cipeiros e diretores do sindicato. Tudo não passou de 400 pessoas.

A plenária de abertura se resumiu a dois pontos: a leitura e aprovação do regimento interno e os discursos do presidente do sindicato (Feijó), do presidente da CUT (Luís Marinho) e do presidente da República (Lula).

Durante a leitura do regimento interno, foi apresentada uma proposta de substituição do artigo 15º, que diz: “Para uma chapa eleger delegados deve obter 33% dos votos”. A oposição defendeu a substituição dos 33% por 20%, com o argumento de que esse critério é usado para os congressos da CUT. A diretoria, corrente Articulação, se colocou contra e imediatamente votou o critério dos 33%.

Está aí o mecanismo burocrático da direção do sindicato para impedir que seus opositores tenham condições de eleger delegados em todas as fábricas. Usa do alto critério de corte (33%) para favorecer unicamente a existência de uma chapa: a da situação. Isso ocorre

porque teme que as bases operárias, descontentes com a política de acordos malditos, venham protestar e rechaçar a política de conciliação de classe da corrente Articulação/PT.

### Feijó iniciou

Logo após a aprovação do regimento, foi a vez dos discursos. Quem falou primeiro foi José Lopes Feijó. Durante seu discurso, emocionado e meloso e sempre olhando para o Lula, fez uma declaração de fidelidade e compromisso com o governo PT/Lula. Disse assim: “Lula, o que estiver ao nosso alcance para ajudá-lo a governar o país nós faremos. A partir de agora, seremos parceiros”.

As palavras de Feijó mostram o grau de comprometimento que a direção do sindicato metalúrgico tem com o governo Lula. Relação essa que é de subserviência. A diretoria do sindicato, sem meias palavras, mostrou que o sindicato estará a serviço da governabilidade do PT/Lula. O que significa não enfrentar as reformas neoliberais (Previdência, Trabalhista etc) e submeter as reivindicações de emprego e salário às políticas demagógicas do reformismo petista. Colaborar com o governo.

### Luís Marinho continuou

Marinho, indicado por Lula para ser o Presidente da CUT, defendeu a Refor-

ma Sindical. O argumento usado foi o de que a estrutura sindical é arcaica e já não acompanha as transformações que acontecerão nas relações entre o capital e o trabalho. E que a reforma sindical é um meio para solucionar a baixa representativa dos sindicatos.

Como se vê, o discurso foi inteiramente afinado com a proposta do governo PT/Lula de Reforma Sindical. As justificativas também são as mesmas. Na verdade, a CUT e o governo Lula imporão uma nova legislação sindical para legalizar os acordos de flexibilização do trabalho.

A baixa representativa dos sindicatos é consequência dos acordos de terceirização, das demissões e das perdas de direitos trabalhistas feitos nas montadoras e autopeças. Portanto, nada tem a ver com a estrutura sindical, mas sim com a política da burocracia sindical, que é de conciliação de classe.

### Lula encerrou

O discurso de Lula encerrou a plenária no tom de “saudosismo” do tempo que era dirigente sindical. Disse que para curar uma doença é preciso às vezes tomar benzetacil, “dói, mas é necessário”. Essa conversa de remédio amargo e doido é a forma do PT/Lula defender as reformas da previdência, trabalhista e sindical, que são brutais ataques à classe trabalhadora e aos aposentados.

Lula compareceu para fazer demagogia em torno das promessas eleitorais de criação de 10 milhões de empregos, três refeições ao dia a todos os brasileiros e a reforma agrária. E para pedir paciência aos trabalhadores, porque ainda está no início do mandato. As direções sindicais

aplaudiram as palavras demagógicas de Lula, dizendo que a sua visita não era para os operários fazerem cobrança.

Lula foi ao Congresso metalúrgico para reafirmar a parceria do sindicato com a política do PT. Essa abertura com a promessa da direção sindical de cola-

borar com o governo do PT/Lula aburguesado nos deu bem a idéia do que será o 4º Congresso Metalúrgico. De nossa parte, lutamos pela política do proletariado, que é independente de qualquer governo patronal e do Estado burguês.

## Propostas de resoluções ao 4º Congresso Metalúrgico do ABC

Os metalúrgicos que editam o boletim Nossa Classe têm realizado uma campanha para que o Congresso dos Metalúrgicos do ABC expresse uma posição classista e revolucionária contra a exploração do trabalho e a política da burocracia de submeter o sindicato ao governo PT/Lula.

As teses do Nossa Classe têm sido distribuídas nas portas das principais montadoras. A eleição de um conjunto de delegados de oposição tem permitido que algumas das teses, opostas à da conciliação de classe da diretoria, fossem encaminhadas à plenária geral do Congresso. Está colocada a luta pela democracia sindical em um congresso arregimentado, controlado com mãos-de-ferro e burocratizado.

O fato do Nossa Classe ter divulgado suas teses e submetido algumas delas à discussão demonstra as contradições que a luta de classes impõe à própria burocracia autoritária. O fundamental é travar a luta pelas idéias revolucionárias, levando-as ao interior das fábricas, como instrumento de politização, elevação da consciência revolucionária e como fator de impulso às lutas dos trabalhadores.

O objetivo se concentra na tarefa de constituir uma fração proletária no interior dos metalúrgicos. A organização de uma corrente metalúrgica que expresse o programa de destruição do capitalismo e defesa da vida das massas é uma tarefa de primeira grandeza, que uma vez iniciada poderá ampliar a construção do partido operário revolucionário no seio do proletariado e demais explorados.

Publicamos abaixo algumas resoluções apresentadas nas plenárias metalúrgicas. Elas formam parte das teses já editadas no Massas anterior.

### Sobre a Situação Mundial

1. Situação Mundial: O Congresso meta-

lúrgico deve se posicionar contra o saque das potências imperialistas sobre os países semicoloniais (atrasados) e sobre os trabalhadores. O sistema capitalista vive uma profunda crise econômica. Quem sofre com a crise são os trabalhadores do mundo inteiro, que arcam com o desemprego e a fome. Os países imperialistas procuram se proteger adotando medidas protecionistas para suas nações e exigindo abertura de mercados, desnacionalização e privatização nos países de economia atrasada, a exemplo do que ocorre no Brasil. Faz parte do aumento do intervencionismo econômico das potências o crescimento do intervencionismo militar. O massacre do povo iraquiano pelos Estados Unidos e seus aliados é a prova mais recente. Não há como combater a violência imperialista sobre as nações oprimidas e sobre os povos explorados senão por meio da luta revolucionária. **O congresso deve se posicionar em favor da luta antiimperialista, defendendo o rompimento com os acordos e contratos com as potências imperialistas. Fim do saque sobre os países semicoloniais. Fim do intervencionismo militar.**

### Sobre a situação nacional

2. Situação Nacional: O Congresso tem de posicionar pela independência do sindicato em relação ao governo do PT. O governo Lula é resultado da aliança com setores burgueses. Constituiu-se buscando apoio de partidos que sustentaram por oito anos o mandato de FHC e com o aval do capital financeiro (imperialismo). Expressa a continuidade das reformas neoliberais, exigidas pelo FMI. Não por acaso, as primeiras medidas foram no sentido de corte de gastos sociais, elevação dos juros, manutenção do salário mínimo de fome, reformas da Previdência e trabalhista. É um governo que assumiu o compromisso de pagamento da dívida externa às custas da sangria do país e da miséria

da classe trabalhadora. É um governo que negocia com os Estados Unidos o aumento do intervencionismo econômico sobre a América Latina por meio da implantação da Alca. É um governo que ataca as condições de vida da maioria explorada para assegurar o compromisso com os banqueiros internacionais e nacionais. É um governo que mantém milhares de famílias de sem-terra acampadas nas estradas para preservar os interesses dos latifundiários. É um governo que exige dos sindicatos e da CUT a colaboração para impedir que o descontentamento dos operários, camponeses e demais trabalhadores se manifeste por meio das greves, ocupações e mobilizações contra as reformas neoliberais, o desemprego e o arrocho salarial. Já ficou evidente que o governo Lula sequer cumprirá suas promessas de 10 milhões de emprego, 3 refeições ao dia a todos os brasileiros e a reforma agrária. Todas essas características mostram que se trata de um governo burguês e pró-imperialista. Nesse sentido, o congresso tem de se posicionar pela defesa das reivindicações dos trabalhadores, pela independência diante do governo e pela organização da luta contra as medidas que empobrecem ainda mais o país e a maioria do povo. **Não ao apoio ao governo Lula. Não às reformas neoliberais do governo PT/Lula. Luta direta para que o governo atenda as reivindicações dos trabalhadores de emprego, salário e terra aos camponeses.**

### Sobre as Reformas neoliberais do governo PT/Lula

3. Rejeitar as reformas neoliberais: O governo Lula se colocou por dar continuidade às reformas realizadas por FHC.

a) Reforma da Previdência: Trata-se de um conjunto de medidas contra os servidores públicos e os trabalhadores da iniciativa privada. O objetivo central é o aumento da

arrecadação por meio da elevação dos descontos, elevação da idade para diminuir o número de aposentados, redução do valor das aposentadorias e pensões e favorecimento da previdência complementar (privada). Portanto, não há nenhum ponto que seja favorável aos trabalhadores. Todos eles só favorecem o governo e os capitalistas. Não há uma medida sequer de ataque aos privilégios das ricas aposentadorias dos juízes, parlamentares e da cúpula militar. Nada foi anunciado para punir os banqueiros, empresários e governos que sonegam e roubam a Previdência. O congresso tem de rejeitar também a posição da diretoria do sindicato e da CUT de apoiar a reforma da previdência, modificando um ou outro aspecto, como por exemplo a cobrança dos inativos. Não há pontos positivos dessa reforma. A reforma da Previdência é um ataque à classe trabalhadora e uma proteção à classe capitalista.

Rejeitar a Reforma da Previdência. Defender um sistema único de Previdência, estatal, inteiramente sob o controle dos trabalhadores. Que não haja nenhum aposentado com menos de um salário mínimo vital, calculado pelos trabalhadores em assembléia. Que nenhum trabalhador fique sem aposentadoria.

b) **Reforma trabalhista.** O governo PT/Lula convocou a CUT e sindicatos para compor o Fórum Nacional do Trabalho. Será por meio desse organismo que o governo e empresários exigirão dos operários e demais explorados a eliminação de direitos trabalhistas. O argumento de que é necessário modificar as leis trabalhistas porque vivemos a época de "reestruturação produtiva" e "modernização das relações de trabalho" é falso. Pretendem com isso arrancar conquistas sociais que foram incorporadas na forma de leis por meio das greves e de muita luta do proletariado. Querem legitimar os acordos de "flexibilização do trabalho", que vêm sendo impostos pelas direções sindicais e pelo patronato. Não se trata de remendar a proposta do governo de reforma trabalhista. Devemos, ao contrário, exigir desse governo a ampliação de direitos trabalhistas, a exemplo da redução da jornada de trabalho sem redução de salário para que haja emprego a todos, o fim da lei antigreve que pune os sindicatos e os trabalhadores e de todos os acordos que implicaram em perdas de direitos. O congresso deve se colocar contra a participação do sindicato e da CUT no Fórum Nacional do Trabalho, pois esse organismo é de

conciliação de classe, de colaboração com o governo e capitalistas. Fim da Reforma trabalhista do governo Lula, que flexibiliza e permite eliminar direitos. Luta pela ampliação dos direitos trabalhistas.

c) **Reforma Sindical:** O governo PT/Lula também anunciou a reforma sindical. Trata-se de uma proposta para continuar o controle do Estado sobre os sindicatos e centrais sindicais. Em nome de modificar a CLT da época de Getúlio Vargas, o nosso sindicato tem se posicionado pelo "pluralismo" contra a "unicidade". Dizem que o pluralismo significa liberdade sindical e unicidade é sinônimo do corporativismo (um único sindicato por categoria). Na verdade, tanto aqueles que defendem o pluralismo quanto a unicidade não se colocam pelo fim de todos os organismos que controlam e punem os sindicatos, a exemplo da Justiça do Trabalho e da polícia. São contra o imposto sindical, mas não se colocam contra todo tipo de taxação aos trabalhadores, como as taxas contributivas que são "aprovadas" em assembléias. **Os trabalhadores devem exigir unicamente do Estado: direito irrestrito de organização dos sindicatos e da Central. Nenhuma interferência nos organismos dos trabalhadores e na suas formas de organização no interior das fábricas (comissões etc). Fim do imposto sindical e outras formas de arrancar dinheiro dos trabalhadores. Os sindicatos devem se manter unicamente com o dinheiro da contribuição voluntária dos trabalhadores filiados, aprovada em assembléia. Fim de toda legislação que impede a livre organização dos trabalhadores. Fim da lei antigreve e de toda legislação repressiva sobre os trabalhadores. Fim da arbitragem obrigatória da Justiça do Trabalho. Fim da lei antigreve e de toda legislação repressiva sobre os trabalhadores.**

#### **Sobre a política pró-imperialista do governo Lula**

4. Combater a política pró-imperialista do governo Lula:

a) **Alca :** O governo do PT já se manifestou favorável a um acordo com os Estados Unidos para implantar a Alca em 2005. No momento em que se realizou o plebiscito, o PT que estava em campanha eleitoral não se colocou abertamente contra a Alca. Os seus principais dirigentes se posicionaram contra

o plebiscito. Agora que é governo, o PT acabou de selar um compromisso com Bush em favor da Alca. Esta é uma prova de como o governo Lula está amarrado às orientações que vêm da maior potência, os Estados Unidos. Sabemos que a Alca significa o aumento do intervencionismo econômico dos Estados Unidos sobre a América Latina. Para os trabalhadores, significa mais desemprego, perda de direitos e miséria. O congresso deve rejeitar a Alca e se colocar pela organização de um movimento nacional contra a Alca, que ganhe as ruas e se estenda aos demais países oprimidos da América Latina. **O Congresso exige que o governo Lula rompa com a Alca e com todos os acordos com o imperialismo**

#### **Sobre os acordos de "flexibilização do trabalho" assinados pelo sindicato metalúrgico**

5. Rejeitar os acordos malditos:
- Fim de todos os acordos de "flexibilização do trabalho"
  - . Fim da terceirização
  - . Fim da redução da jornada de trabalho com redução do salário
  - . Fim da diferenciação salarial
  - . Fim dos contratos temporários, que eliminam direitos
  - . Fim das cooperativas de trabalho
  - . Defesa da redução da jornada sem redução de salário para que haja emprego a todos (escala móvel das horas de trabalho)
  - . Reajuste imediato dos salários. Fim da política de abonos.

#### **Sobre as mudanças do estatuto do sindicato**

- Que a eleição da diretoria do sindicato seja feita diretamente por intermédio de chapas, voto secreto nas urnas e proporcionalidade na composição da direção e revogabilidade de mandato.
- Que os representantes aos comitês de fábrica sejam eleitos diretamente nas fábricas, por meio de chapas, voto direto, independente da diretoria do sindicato, com revogabilidade de mandato pelos próprios operários que elegeram
- Que se garanta a democracia operária: assembléias, congressos etc. com total direito de manifestação daqueles que divergem da diretoria do sindicato.

# A verdadeira razão da expulsão de Alda do POR

Nas últimas semanas, uma ex-militante do POR (por 4 meses), Alda, tem distribuído uma carta com uma série de acusações a nossos militantes e ao partido, intitulada "Porque rompi com o POR". A carta inteira é um conjunto de calúnias e difamação, a começar pelo título, e foi feita com o claro propósito de esconder dois fatos incontestáveis: 1º) Alda não "rompeu" com o POR; foi sim excluída do partido por prática de corrupção política e calúnia, jamais por divergência alguma, que ela aliás nunca levantou internamente. 2º) Alda esconde com sua carta justamente os dois motivos de sua exclusão: ter tentado favorecer pessoalmente um amigo na contratação de um funcionário para o Centro Acadêmico do qual era diretora (Caell - Letras/USP) e utilizar de calúnia e difamação para isso.

Nem foi o POR quem levantou a acusação: alguns diretores do Caell, procurados por Alda em sua campanha sórdida, a denunciaram ao POR. Imediatamente, abrimos uma discussão com Alda, que negou os depoimentos detalhados de 4 diretores do Caell. Diante da atitude de corrupção política e difamação, agravada pela mentira, sua célula a excluiu do partido, e rompeu relações políticas.

A diretoria do Centro Acadêmico discutiu o problema e aprovou uma resolução. Só houve polêmica em relação a "condenar" e "repudiar" a calúnia ou "discordar" dela. O repúdio foi aprovado, com os votos contrários de apenas 3 diretores (ligados às correntes PSTU e SR/PT). A resolução votada pelo POR e pelos independentes é a seguinte:

"A diretoria do Caell, movida pela relação transparente com os estudantes, vem a público se pronunciar acerca do pedido de desligamento feito

pela diretora Alda:

1) Ela tentou utilizar da sua condição de diretora e suas relações com os outros membros da diretoria para tentar favorecer a contratação de um amigo para o cargo de funcionário do Caell.

2) Realizou uma campanha de calúnias contra outro diretor, acusando-o de agir em benefício próprio quando não colaborou com o favorecimento pretendido.

Diante disso, afirmamos que condenamos as práticas de favorecimento e repudiamos toda a calúnia e difamação. O fato de ter se desligado do Caell não a redime dos atos praticados, que contrariam todos os princípios que norteiam a atual gestão.

Reafirmamos que o processo de contratação do funcionário ocorreu de forma pública e de acordo com os critérios estabelecidos na reunião do Caell.

São Paulo, 04 de junho de 2003.

A diretoria do Caell"

A proposta votada pelo PSTU e SR era de modificação do penúltimo parágrafo ("Diante disso...", até o final), substituindo-o por:

"Por não concordarmos com tais atitudes reafirmamos que todo o processo de contratação do funcionário ocorreu normalmente conforme critérios estabelecidos na comissão de contratação oficializada na reunião do Caell".

Vê-se com clareza que o POR e a maioria do Caell colocaram-se de forma radical na defesa da moral revolucionária.

## **O maucaratismo de Alda**

Alda justifica sua campanha contra o POR com a denúncia de que um de

seus militantes cometeu o erro de se casar na Igreja. Ocorre que Alda estava presente quando foi feita a crítica e a autocrítica do militante, por escrito e distribuída internamente a todos os militantes do partido. De forma hipócrita e irresponsável, mantém a acusação sem se referir ao conteúdo da autocrítica.

O POR jamais capitulou diante da Igreja ou da religião.

## **As calúnias não escondem as posições políticas dos covardes que (por enquanto) estão ocultos**

As inúmeras falsas acusações que Alda faz servem para defender posições políticas opostas ao POR. Dentre elas, podemos citar:

a) A recusa a fazer frentes com outras correntes políticas, tachada de "sindicalismo".

O POR teve atuação destacada na greve estudantil da FFLCH em 2002. Polarizou diversas assembleias, atuando em conjunto com independentes e em frente única com correntes que pontualmente estavam de acordo com as propostas defendidas. Logo após a greve, defendeu que o grupo que atuou conjuntamente nela organizasse uma chapa conjunta para as eleições do centro acadêmico, sob a base das mesmas posições defendidas. Propôs e defendeu no interior do grupo o programa da chapa, que tinha limitações mas não contradições com a política do POR. Durante a campanha, distribuiu um boletim apontando essas limitações e defendendo seu programa integralmente. Se houve adaptação de alguém, foi das correntes que participam da chapa e se calaram. E das correntes que nem montaram chapa nem se manifestaram a respeito.

b) Sobre a acusação de que um mili-

tante do POR teria chamado a repressão

O fato é que o militante estava sendo xingado e injuriado por Alda no restaurante, por não ter colaborado com a sua campanha pela contratação de um amigo. Depois de muitas tentativas de se esquivar da discussão, chamou a primeira pessoa que estava ao lado para que contivesse Alda. Essa pessoa era um funcionário (vigia) do restaurante. Jamais saiu gritando pela "segurança" ou repressão. Mas reconheceu publicamente a crítica de seu erro, em uma reunião do centro acadêmico e internamente no partido. O POR jamais acobertou esse seu erro ou qualquer outro. Ao contrário, somos conhecidos no movimento por rejeitar qualquer intervenção do Estado ou da sua repressão no movimento, por nos colocarmos incondicionalmente ao lado dos oprimidos (qualquer que seja sua corrente política) contra o Estado e a repressão, e por criticarmos aqueles que de qualquer forma se apóiam no Estado em relação ao movimento (recursos à justiça em eleições sindicais, por exemplo). E também por rompermos toda relação política com um grupo, a LBI, que, como Alda, caluniou o POR.

c) Sobre o "centralismo burocrático" do POR

O POR tem como princípio organizativo o centralismo democrático, que sintetiza e expressa a elaboração coletiva e democrática do programa, da linha política e da intervenção, aliada à unidade de ação. Por isso se organiza em células, grupos pequenos que permitem ampla discussão interna, crítica e autocrítica, e são os meios de ligação do partido com o movimento real, que se relacionam por meio dos boletins internos e dos organismos de direção. Alda critica o POR por não permitir que as células possam discutir diretamente entre si. Quem soprou essa crítica para ela reproduzir defende o funcionamento liberal do partido, em que as células discutem entre si, como numa federação. Não há centralismo

democrático, porque a discussão é decidida entre aquelas células que decidiram discutir, excluindo as demais. Essa posição nem antileninista é, porque a proibição de livre correspondência entre as células nem é elaboração de Lenin, já está no estatuto da Liga dos Comunistas (de 1847). No centralismo democrático, as células discutem de forma organizada pelo boletim interno, que é distribuído a toda a militância. A discussão se processa na célula, e não fora dela, e nos congressos e conferências, ou ainda, se for o caso, dentro da fração ou tendência. Essa forma organizativa é expressão do programa, de seu objetivo estratégico. Corresponde à revolução proletária uma organização conspirativa, que não pode recrutar militantes sem o acordo com o programa e sem que mostrem na prática sua fidelidade a ele. Outras correntes, com outras estratégias, recebem os militantes até pela internet, organizam-se em plenárias e não em células, não aplicam o centralismo democrático, ou são burocráticas ou anárquicas. Algumas sopram nos ouvidos de uma corrupta e caluniadora suas concepções...

d) Sobre o "independentismo" do POR

A acusação de que existe uma orientação para que os militantes do POR se façam passar por independentes é produto de uma imaginação doentia. A identificação dos militantes do POR é feita pelas suas posições políticas e pela defesa de seus materiais (jornal, revista, publicações). Dizer que é possível se apresentar como "independente" com as posições do POR só pode ser chamado de insanidade. O que existe, nos estatutos, é que o militante, diante da repressão, não é obrigado a reconhecer pertencer ao partido. E muitas vezes a natureza do trabalho revolucionário obriga o militante a se manter clandestino. Trata-se de um dos aspectos da natureza conspirativa do partido revolucionário, que por isso tem de combinar trabalho legal com ilegal. O POR

combate o apartidarismo em todos os movimentos.

### **Não é possível ficar numa posição de neutralidade diante da corrupção e difamação**

A democracia operária (na universidade, a democracia estudantil) é incompatível com a corrupção e a difamação. A corrupção, seja ela política ou econômica, destrói a organização dos oprimidos, a burocratiza e desmoraliza. A calúnia e difamação impedem que se processe a discussão política e a livre expressão de divergências. Por isso, não se pode tolerar qualquer uma delas. É um dever de todo militante honesto e classista, das organizações políticas que se reivindicam dos trabalhadores e de todo o movimento, repudiar essas práticas, extirpando-as do movimento. Buscar uma impossível "neutralidade" diante delas, ou sua aceitação passiva, é estabelecer um compromisso com elas, uma relação de conivência.

Por isso, o POR não vacilou um instante diante das acusações de corrupção política e difamação. Se temos de gastar tempo e esforço com as consequências de nosso apartamento dessas atitudes, o fazemos para defender princípios que são condições para travar a luta revolucionária contra a opressão social.

Aqueles que se apóiam na corrupção e difamação já selaram seu destino e vão ser instrumentos auxiliares para preservação da opressão, destruindo a democracia operária e as organizações de massa. São capachos do capitalismo, ainda que tenham uma verborragia radical e de esquerda.

Atenção! Correntes covardes e sem escrúpulos poderão utilizar Alda e suas calúnias para fazer campanha contra o POR. Essa prática só atesta que assimilaram a corrupção e difamação e se tornaram obstáculos para a luta pela revolução proletária.



# O Partido e Sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora, iniciadas no Jornal "Massas" nº 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retratam o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

O Manual do Organizador foi escrito em novembro de 1977, para que os militantes do Partido pudessem perceber a necessidade de mudar a forma de encarar a militância em vários aspectos, principalmente como atuar com os contatos.

## **Manual do Organizador (Para um poderoso Partido)**

### **I - Organização e Mudança da Situação Política**

#### **b) Mudança em curso no País**


A passagem de um período de clandestinidade e de recuo das massas para outro de afrouxamento das medidas repressivas e de iniciação do ascenso revolucionário exige que se operem ajustes organizativos imediatos. Estará ocorrendo uma mudança na situação política e corresponde então colocar em vigência linhas adequadas tanto políticas como organizativas. Isto para evitar que as massas em processo de radicalização passem por cima do partido e este se converta em uma seita inoperante.

O que ocorre na Bolívia (finais de 1977), ilustra isto. Há uma evidente mudança na situação política, determinada tanto pelas massas como pelo governo (representante dos setores burgueses mais reacionários, e não do militarismo em abstrato, como sustentam alguns), cada um a seu modo e buscando objetivos diferentes, pressionaram poderosamente para impor a vigência das normas democráticas. Não é preciso mencionar que o fato decisivo constitui o início indiscutível do ascenso das massas e a perspectiva de que estas ganharão sempre posições mais avançadas, o que não significa que sigam sempre uma linha reta, de que não ocorram avanços e retrocessos. Sem dúvida, o Partido analisou o poderoso processo muito detidamente e de forma correta nas suas linhas gerais, mas não ocorreu nenhuma mu-

dança coerente em matéria organizativa, que lhe permitisse garantir posto de direção política das massas, segue aplicando por inércia normas caducas e, se o faz, é de forma mecânica. A virada da situação política nos obriga a contrastar a forma rotineira com que a militância trabalha cotidianamente e também os organismos de direção, com a surpreendente atitude das massas e com a nada usual modificação do panorama político, ou melhor, das ruas.


Não é suficiente a discussão sobre o momento político, é preciso complementá-la com a discussão sobre as profundas modificações organizativas que a nova realidade impõe e que começamos a viver.

#### **Adquira com o distribuidor deste jornal**



**Por que a juventude deve ser socialista?**

**Pontos para o programa estudantil secundarista**

**Partido Operário Revolucionário**  **MASSAS**

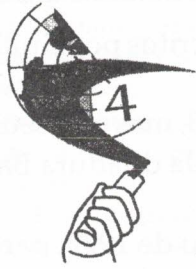
Esta discussão tem de ser realizada de forma coletiva por todo o Partido, desde as células até a direção. O tema mais atual é o de pôr em pé uma organização partidária que corresponda ao vigoroso ascenso revolucionário, que seja capaz de se desenvolver com desenvoltura e de se transformar numa efetiva direção para a nova situação.

É fácil perceber que nossos enunciados políticos podem terminar ficando no ar, se já não estão. Este também é o caminho pelo qual o partido pode se transformar em um grupo de discutidores e sem objetivo fixo, totalmente à margem do que dizem e fazem os explorados, à margem da história. Nossa finalidade no momento é a de nos ligarmos ferreamente às massas, penetrar no seu seio, organizá-las e dirigí-las nos combates que já se realizam e nos que se perfilam no horizonte. Em outras palavras, objetivamos que nossas idéias, cujo acerto foi abundantemente provado, se convertam em força material para dirigir as massas. Essa tarefa, conforme nos ensina a história boliviana e internacional, só poderá ser cumprida por um poderoso Partido, que é a vanguarda proletária da classe operária devidamente estruturada. Para poder organizar as massas para vencer as batalhas futuras, é necessário que os revolucionários se organizem devidamente no calor da luta de classes. Neste momento não há outra tarefa prioritária para o POR, a não ser efetivar-se como uma poderosa direção política da nação oprimida pelo imperialismo, pois esta maioria será a protagonista da revolução em nosso país.

**Nesta edição:**

- Argentina: Manifestações de rua contra a corrupção policial
- Bolívia: 68 anos de vida e luta inabalável
- A luta continental exige fortalecer o partido revolucionário mundial

**Artigos do Cerqui**  
**Comitê de Enlace**  
**pela Reconstrução**  
**da IV Internacional**



**Argentina:**

## **Manifestações de rua contra a corrupção policial**

No dia 16 de junho, em Arequito, na Província de Buenos Aires, a fúria popular arrasou as dependências policiais do local, numa rebelião que durou dois dias e foi seguida de marchas multitudinárias contra a polícia e os governos cúmplices da delinquência uniformizada. Em 19 de junho, outro levante dos bairros ocupou a delegacia de Arrecifes. Em 1º de julho, em Lanús, milhares de moradores ocuparam a 7ª Delegacia, da Villa Industriales, denunciando a convivência policial com os delinquentes da região. Estes movimentos provocaram a queda da cúpula da Seccional.

Os bloqueios de rua e avenidas originados pelo problema da insegurança se estenderam a Wilde-Avellaneda, a São Martín e Três de Fevereiro, a São Miguel e a José C. Paz. A reação massiva dos moradores contra o ato coordenado de policiais e delinquentes já teve antecedentes. No ano passado, no bairro Cotonas, em Moreno, os moradores da região

atearam fogo onde funcionava um desmanche de automóveis, este estava protegido por policiais.

Um dos temas prediletos da burguesia, a segurança pública, usada para justificar a repressão contra os movimentos, foi o detonador de novas ondas de revoltas contra o Estado.

### **A "bonaerense"**

A polícia da Província de Buenos Aires (a "bonaerense") é a quadrilha mais poderosa que atua no país, tanto na estruturação e planejamento dos crimes, como na distribuição de seus benefícios. Aos mais de 45.000 policiais somam-se os que passaram para a reserva, mas que continuam trabalhando para a "corporação".

Cada Delegacia de bairro é uma "casa de arrecadação" dos lucros pela proteção ao jogo ilegal, à prostituição, ao roubo de autos, à venda ilegal nos desmanches, ao narcotráfico etc. Um "de-

partamento" arrecada por delegacia mais de 3.000 pesos por mês, para o "capo" do departamento. Os chefes são os 44 comissários gerais que integram a cúpula da "bonaerense".

A crise levou o editor do diário "La Nación" a afirmar que "outro ingrediente indiscutível da crise de segurança é a cumplicidade entre políticos e a polícia para amparar o delito; o fenômeno tem mais raízes no interior que na Capital" (La Nación, 6/7). A reação popular contra a "máfia bonaerense" pôs em crise todo o Estado e desnudou seus vínculos com o poder político e com os juízes.

As lutas de rua poderão, se estiverem embasadas num poderoso programa revolucionário e centralizadas, ajudar as massas a desmascarar a ditadura da burguesia que se esconde sobre o manto da democracia e sua falência devida a crise estrutural capitalista. É neste sentido que deve atuar o Partido Revolucionário.

## **Partido Operário Revolucionário da Bolívia**

# **68 anos de vida e luta inabalável**

Por Atilio de Castro, do Comitê Central do POR do Brasil

Os trotskistas bolivianos comemoram os 68 anos de existência do POR. Trata-se de uma conquista do proletariado boliviano e internacional. Tal longividade atesta a consistência do Programa e a fidelidade da política po-

rista ao marxismo-leninismo-trotskismo.

A história de construção do POR está marcada pelo trabalho incessante de elaboração do Programa da revolução e ditadura proletárias, que teve

uma de suas primeiras expressões mais acabadas no seio do proletariado mineiro, as Teses de Pulacayo. Está marcada pela formação do militante profissional na concepção leninista e estrutura bolchevique de partido.

A clareza programática e a organização leninista do partido permitiram aos trotskistas bolivianos enfrentarem situações de profundos choques de classe, que testaram a política e tática do partido frente às tendências revolucionárias das massas, o nacionalismo burguês, os golpes contra-revolucionários sangrentos e as pressões dos revisionistas e traidores do marxismo. O POR foi construído às custas de muita luta interna e externa contra as forças pequeno-burguesas, nacionalistas, estalinistas e burguesas. Pontos altos como a construção da Central Operária Boliviana, constituição da Assembléia Popular (organismo de duplo poder), levante armado dos camponeses, insurreição do proletariado encabeçada pelos mineiros e resistência aos golpes militares fascistas tiveram a marcante presença dos trotskistas.

De suas duras experiências, foi se forjando o programa da revolução proletária na Bolívia e uma militância capaz de suportar não só a feroz repressão como também toda sorte de pressão revisionista do trotskismo. Enquanto dezenas de grupos se formaram e desapareceram, por não elaborarem o programa e por capitularem ao reformismo ou esquerdismo pequeno-burguês (luta armada foquista), o POR se manteve e se fortaleceu como vanguarda consciente e dirigente do proletariado.

Chegamos aos 68 anos de vida, que atesta a solidez marxista do partido, e, no entanto, as inúmeras correntes que se reivindicam da IV Internacional continuam a campanha de falsificações do tipo de que o POR capitulou ao nacionalismo ou que se tornou um partido sectário. Aqui, no Brasil, se produzem tais acusações sem o menor critério. Basta que haja uma cisão em qualquer uma das organizações que se reivindicam do trotskismo para assumir para si as difamações contra o POR boliviano. Isso porque se defrontam com o problema do internacionalismo e da

reconstrução da IV Internacional.

E como encarar esse problema estratégico, ignorando o POR, que tem total identidade com o Programa de Transição e encarna as posições da Oposição de Esquerda Internacional, organizada por Leon Trotsky contra o estalinismo contra-revolucionário e restauracionista? Como desconhecê-lo, se se é um partido com estável e rigorosa tradição teórica e programática, assimilada dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista e obtida das experiências vivas de 68 anos de combate? Como continuar isolando o POR da vanguarda internacional, se o partido continua enfrentando ataques sobre ataques do Estado e assumindo o lugar número 1 de inimigo do imperialismo? Como esconder a importância do POR para a política internacional do proletariado e especificamente para a revolução proletária na Bolívia, se o POR está à frente dos combates e expressa os instintos revolucionários das massas por meio da militância e do programa?

A maneira é sonegar a leitura, estudo e assimilação crítica e autocrítica da história do POR. É ver com indiferença pequeno-burguesa, prepotente e acadêmica a publicação dos 67 volumes das Obras Completas de Guillermo Lora, seu mais antigo e comprovado dirigente. Nelas, estão impressas o percurso do mais genuíno marxismo-leninismo-trotskismo. Nada foi omitido, nada foi escondido, nada foi modificado, nada foi adaptado - trata-se de posições originais, que mostram os acertos, erros, as cisões, as críticas e autocríticas.

Os críticos do POR - mais bem de-tratores, porque deformam e falseiam suas reais posições e erros - têm a possibilidade de estudar com toda presteza e rigor a trajetória do partido, para repararem as acusações de nacionalismo etc. No entanto, não o fazem porque não está em jogo a verdade na luta política, mas a defesa de aparelhos, capricho de pequenos caudilhos esquer-

distas e, sobretudo, defesa do revisionismo. Basta ver a façanha daqueles que imputam ao POR o nacionalismo e o frentepopulismo, qualificando-o assim porque se esmerou em aplicar a tática da frente única antiimperialista, elaborada pela III Internacional da época de Lenin especificamente para os países semicoloniais.

A tática aplicada pelo POR está descrita, exposta e analisada em uma série de documentos conjunturais, congressuais e programáticos. Se os seus adversários falseiam é porque querem e não por insuficiência de meios. Como é que julgamos os confrontos do bolchevismo com o menchevismo, com a social-democracia, do trotskismo com o estalinismo? Recorrendo aos documentos e observando os acontecimentos do passado à luz do presente e vice-versa.

É com o materialismo histórico que assimilamos os acontecimentos e avaliamos as posições políticas dos partidos. Não há outro meio para os marxistas.

Os 68 anos de vida do POR é a prova incontestável de que se trata de um partido profundamente enraizado no proletariado e imerso nos acontecimentos revolucionários. O POR é um instrumento decisivo para a revolução na Bolívia e imprescindível para a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Aprendemos com o POR que o partido é uma obra histórica, que não se constituirá de uma hora para outra. Terá de amadurecer na luta de classe, que poderá ser mais ou menos longa. Temos essa consciência e trabalhamos para formar quadros militantes, que elaborem o programa e a política revolucionária, mergulhados no combate dos explorados e intimamente vinculados aos instintos comunistas do proletariado. A assimilação e defesa das posições do POR boliviano é parte dessa tarefa. Saudamos com entusiasmo os 68 anos do POR boliviano.

**Internacional**

# A luta continental exige fortalecer o partido revolucionário mundial

**O capitalismo se afunda em escala internacional**

É a conseqüência da crise econômica estrutural que se vive. A luta contra a miséria e a desocupação massiva crescentes empurra para a luta as massas dos diversos países do mundo. Se nos determos ao nosso continente, comprovamos que as maiorias ganham as ruas buscando melhores condições de vida e de trabalho. A Argentina, o Peru, Bolívia etc, confirmam o que sustentamos.

A miséria empurra as massas para as ruas, sem esperar que previamente se organizem e aperfeiçoem as direções políticas de esquerda, marxistas.

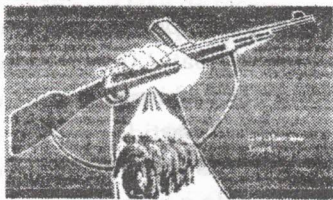
O retrocesso na evolução dos chamados partidos de esquerda se converte em um dos maiores obstáculos que impede que os oprimidos e explorados sepulsem a ordem social burguesa e abram o caminho até a sociedade sem classes, quer dizer, a comunista.

A crise atual põe em evidência que o fator objetivo da revolução (desenvolvimento das forças produtivas) alcançou um de seus maiores níveis.

Chegou a hora da revolução social; a única que pode sepultar o capitalismo putrefato e impulsionar o salto da transformação qualitativa da sociedade.

A vitória da revolução exige a pre-

## 68 AÑOS DE VIDA Y LUCHA INCLAUDICABLE



**P  
O  
R**

**ACTO DE HOMENAJE AL 68 ANIVERSARIO DEL P.O.R.**

**Orador principal: G. LORA**

**Viernes 27 de junio 2003  
Casa Social del Maestro  
Hrs. 19:00**

**CON EL P.O.R. AL SOCIALISMO**

PAG. 13

MASAS 1859

sença da direção política das massas radicalizadas, que hoje não parece delinear-se no horizonte. Se não se superar esta deficiência, o capitalismo seguirá escravizando a humanidade e empurrando-a até a barbárie, cujos indícios já se fazem evidentes, ainda que em grau diferente nos diversos países.

Alguns esperavam que a erupção das massas se traduziria no aparecimento imediato de partidos políticos capazes

de garantir a vitória revolucionária. Mais uma vez constatamos que os partidos que são expressão do instinto comunista do proletariado amadurecem na longa luta das massas.

**TAREFA URGENTE:  
FORTALECER O PARTIDO MUNDIAL MARXISTA-LENINISTA-TROTSKISTA**

A vitória da revolução e a marcha até o comunismo exige que se cumpra de imediato esta tarefa.

Para a América Latina oferecemos nossa experiência, nossas conquistas que ratificam o

programa de transição, para empurrar adiante a IV Internacional.

As massas que estão lutando nas ruas, e as que de maneira quase imediata se somaram à batalha, lhes dizemos que, no continente americano, a luta tem de ser internacional.

Todos devemos elaborar a consigna de Estados Unidos Socialistas da América Latina. Internacionalmente, sepultaremos o imperialismo e abriremos o caminho até o comunismo.

Extraído do jornal Massas boliviano n° 1859

## VIDA DO PARTIDO:

# Tarefas da militância no 68° aniversário do POR

\*\* ESTUDAR A HISTÓRIA DO PARTIDO (nas "Obras Completas" existe abundante

material a respeito).

\*\* EXPLICAR E DISCUTIR O PROGRAMA DO PARTIDO.

\*\* ASSIMILAR OS ESTATUTOS.

\*\* REPASSAR E ANALISAR CRITICAMENTE A LINHA POLÍTICA

ATUAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO, À LUZ DO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO PAÍS.

\*\* AS VITÓRIAS E AS DERROTAS, OS ACERTOS E OS EQUÍVOCOS DO PARTIDO.

\*\* EXPLICAR O QUE SÃO OS REVOLUCIONÁRIOS PROFISSIONAIS, OS QUADROS

BOLCHEVIQUES-LENINISTAS-TROTSKISTAS.

\*\* EM QUE SITUAÇÃO POLÍTICA NOS ENCONTRAMOS?

\*\* É POSSÍVEL A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA BOLÍVIA, PAÍS CAPITALISTA ATRASADO?

Extraído do jornal massas boliviano n° 1859

